

**ATA DA 20ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E  
INSTITUCIONAIS, REALIZADA EM BRASILIA/DF.**

**DATA :** 30/05/2001

**Início:** 09:45h

**Término:** 18:00h

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

Ministério da Justiça: Luís Augusto Alves Nicolin (luis.nicolin@mj.gov.br)

Ministério das Minas e Energia: Gualter de Carvalho Mendes (gualtermendes@mme.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Região Sudeste: Francisco Martinez Júnior (fmartinez@sp.gov.br)

Usuário de Recursos Hídricos: Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)

Usuários de Recursos Hídricos – Irrigantes: João Carlos de Carli Filho (meioambiente90@hotmail.com)

Organizações Cíveis de Recursos Hídricos: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

**CONVIDADOS:**

Alberto Simon Schvartzman (alberto@igam.mg.gov.br)

Ana Lia de Castro Abcon (abcon@abcon.com.br)

Benedito E. Barbosa Pereira (bebarbos.tln@terra.com.br)

Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@netsite.com.br)

Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@terra.com.br/celiacristina@yahoo.com)

Cláudio Serrichio (ceivap@uol.com.br)

Danielle Pinho Soares (dpsoares@fazenda.gov.br)

Decio Michellis Jr (rela@zaz.com.br)

Jorge Pessoa Maranhão (jorgemaranhao@mme.gov.br)

Júlio Florêncio Filho (julio.florencio@ig.com.br)

Luiz Cláudio Castro (luizclaudio@csn.com.br)

Maria Cristina Yuan: (crisyuan@ibs.org.br)

Maria de Lourdes Pereira dos Santos (iude@uol.com.br)

Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)

Mônica Tavares Rocha (mrocha@snirh.gov.br)

Patrícia Helena Gambogi Boson (tita@net.em.com.br)

Raquel Scalia A. Ferreira (raquels@aneel.gov.br)

Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)

Rodrigo Pereira Mello (rodrigom@ana.gov.br)

**Relatores:**

Ana Cristina Monteiro Mascarenhas (ana-cristina.mascarenhas@mma.gov.br)

Wilson de Azevedo Filho (wilson.filho@mma.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

O Dr. Júlio Thadeu deu início aos trabalhos da reunião, solicitando aos presentes a apresentação individual de cada um. Após as apresentações, o Dr. Júlio agradeceu a presença de todos e teceu diversos comentários sobre a 4ª Reunião Extraordinária do CNRH, ocorrida no dia anterior. Sugeriu que se faça uma tentativa de padronização da comissão provisória para a instalação dos Comitês, visando minimizar a polêmica quanto à sua composição, a exemplo do CEIVASF. Outra questão levantada na Reunião do CNRH referiu-se ao prazo de seis meses para a instalação dos Comitês, o qual pode não ser suficiente, principalmente para as bacias de grande porte. Informou ainda que a Resolução de Planos de Bacias Hidrográficas havia sido aprovada e, que as Câmaras Técnicas ainda teriam mais propostas a analisar, entre elas a de cobrança pelo uso da água. A Dra. Maria de Lourdes questionou ao Dr. Júlio o porquê de tanto suspense com esse documento, ao que ele esclareceu que a SRH tinha uma proposta, que a mesma estava sendo discutida em conjunto com a ANA e se esperava, que resultasse uma proposta única. Caso isso não ocorresse, a alternativa seria iniciar os trabalhos com a proposta elaborada pela SRH. Passou-se ao item 2 da pauta - Anexo I - referente a aprovação da Ata da 19ª Reunião. O Dr. Roberto Monteiro solicitou que fosse incluído o seu pronunciamento na linha 105, onde consta a discordância

do Dr. Fernando Rodrigues Netto a um posicionamento seu, de forma a esclarecer o porquê da discordância. Os presentes se manifestaram de forma geral, dizendo que a ata estava muito sucinta e que não refletia as discussões geradas no âmbito da Câmara Técnica. A Dra. Cristina ponderou que como as atas não reproduzem integralmente as discussões que ocorrem na Câmara Técnica, muitas vezes se perde o "porquê" da adoção de determinados posicionamentos e citou o caso dos Art. 22 e do Art 12, § 3º e incisos do PL 1.616/99, onde foram efetuadas supressões visando não dar margem a criação do mercado de água e, quando da discussão na reunião do CNRH, ninguém se lembrou o porque dessa decisão. A Dra. Maria de Lourdes solicitou a complementação de sua fala nas linhas 77 e 78, pois da maneira apresentada, pareceria que ela estava discordando da proposta da Dra. Maria Luisa e da Dra. Patrícia. O Dr. Barbosa sugeriu que as reuniões fossem gravadas. O Dr. Júlio argumentou que o processo de gravação e de gravação das atas é muito complexo. A Dra. Patrícia comentou que nesta ata não ficou registrada nenhuma participação dela, o que não corresponde ao ocorrido. Após diversas discussões, decidiu-se por gravar a reunião, extrair e registrar em ata as opiniões mais importantes. A Dra. Maria Luiza solicitou a alteração de seus comentários nas linhas 83 a 85, conforme alteração a ser encaminhada posteriormente. O Dr. Francisco manifestou o seu apoio ao posicionamento da Dra. Cristina Yuan, referente às atas estarem muito sucintas. O Dr. Jorge Maranhão apresentou a sugestão de circular antes uma minuta de ata entre os presentes à reunião, possibilitando uma análise prévia e encaminhamento de sugestões de alteração. O Dr. Roberto Monteiro comentou que a ata deve conter as decisões adotadas, mas não necessariamente comportar todas as discussões. O Dr. Barbosa comentou que o ideal seria o encaminhamento da ata via e-mail para os participantes das reuniões, conforme procedimento adotado nas reuniões anteriores, e as sugestões de alterações deviam ser trazidas, de forma a serem consensadas na reunião seguinte. Já a Dra. Maria de Lourdes argumentou que a ata é o documento mais importante das reuniões da CT, ficando às vezes, difícil de fazer a correção, pois, em alguns casos, a pessoa responsável pela redação, interpreta e coloca os assuntos de uma forma resumida, logo, não traduz na íntegra tudo o que foi discutido. O Dr. Barbosa concordou com a colocação da Dra. Maria de Lourdes e complementou que na sua opinião a ata é sempre um documento confiável, ainda mais num colegiado do tamanho da CTIL, que é sempre heterogêneo e recomendou mais uma vez, que as atas sejam encaminhadas com antecedência, analisadas e devolvidas com as sugestões de alteração. O Dr. Wilson complementou que uma ata deve se ater à pauta da reunião e conter as decisões sobre os assuntos constantes dela, e quando solicitado, registrar as opiniões específicas, caso contrário a ata se tornará um documento muito extenso. A Dra. Cristina sugeriu buscar um meio termo, não sendo necessário transcrever todas as discussões, pois às vezes é impossível, com várias pessoas falando ao mesmo tempo, mas também, não atende, o registro apenas da conclusão do que se estava discutindo. A sugestão aprovada foi a de gravação das reuniões, apenas para auxiliar o trabalho da relatoria na elaboração das atas. Passou-se então à discussão sobre o próximo item da pauta referente à Criação da Câmara Técnica Permanente de Cobrança de Usos de Recursos Hídricos, solicitada na 3ª Reunião Extraordinária do CNRH. O Dr. Júlio comentou que o assunto cobrança poderia ser coberto pela CTIL e solicitou à Dra. Cristina Yuan para justificar a proposta, já que a mesma foi apresentada pelo Conselheiro Mauro Viegas. A Dra. Cristina Yuan justificou então a sugestão de criação de uma CT específica, pois a CTIL possui uma sobrecarga de trabalho muito grande e o tema "cobrança" é um assunto que irá demandar uma carga de análises e de trabalho muito intensiva, especialmente agora, no início. Além disso, a Lei nº 9.433/97 estabelece que compete ao Conselho aprovar os valores de cobrança a serem instituídos por bacia e isso, irá demandar uma atividade constante de análise dos pleitos encaminhados pelos Comitês. Logo, na sua avaliação, esta atividade irá se tornar uma rotina e por isso mesmo sugeriu-se que fosse instituída a Câmara Técnica de Cobrança. O Dr. Gualter sugeriu que a cobrança seja uma atividade remetida a outra CT já existente, pois não acredita que o tema seja tão diversificado e, poderá vir a interferir nos trabalhos da ANA, a quem compete tratar desse assunto com detalhes. A Dra. Patrícia falou que o assunto cobrança vai demandar uma certa dedicação e a medida em que, os comitês estão sendo criados, vai se demonstrar na prática a necessidade de se ter um grupo técnico permanente para esse tipo de discussão. A Dra. Aparecida se posicionou em relação à questão levantada pelo Dr. Gualter, quanto à homogeneidade da cobrança, afirmou não acreditar, que dentro da grande diversificação de usos, bem como da diferenciação existente entre as bacias, seja possível definir a cobrança como algo homogêneo. Disse ainda que compete aos comitês de bacias encaminhar as propostas à apreciação do CNRH, daí a necessidade de haver uma análise,

justificando a importância de existir um grupo de trabalho de análise antes de enviar à ANA, a quem cabe efetivar a cobrança, comentando ainda que é o Conselho Nacional que define as diretrizes de cobrança. O Dr. Roberto discordou da colocação do Dr. Gualter, justificando que, conforme a Dra. Aparecida expôs, as bacias são diferenciadas, os conflitos são diferenciados, e provavelmente, a utilização do instrumento de cobrança também será diferenciada. Prosseguiu reafirmando que cabe ao Conselho efetivamente estabelecer as diretrizes e critérios gerais para a cobrança. Chamou a atenção para um fato: a CTIL, por excelência, é uma CT de filtragem final dos trabalhos das demais CT's. Continuou afirmando que mesmo havendo uma CT específica de Cobrança as matérias definidas lá, serão encaminhadas para a CTIL. O Dr. Júlio Thadeu comentou dois aspectos: o primeiro refere-se a grande demanda operacional, a definição dos valores a serem cobrados e isto, de fato, pode ser competência desta CT, já com relação à parte legal de estabelecer diretrizes para a cobrança, não existe dúvidas que cabe à CTIL. A Dra. Maria de Lourdes mencionou o Art 21, parágrafo único, do Regimento Interno do CNRH, onde diz que "na composição das Câmaras Técnicas deverão ser consideradas a natureza técnica do assunto de sua competência", portanto uma boa justificativa para não levar o assunto cobrança para discussão no âmbito da CTIL. Além disso, mencionou que as competências da CTIL constantes na Resolução do CNRH nº 4 são extremamente amplas. Considerou portanto que, com a solicitação do Plenário do CNRH para a criação de mais uma CT e levando-se em conta a legislação citada, estaria justificada a criação da CT. O Dr. Júlio Thadeu argumentou que as solicitações a serem encaminhadas devem ser bem justificadas e fundamentadas e complementou que era necessário definir se a mesma será permanente ou provisória, bem como, quais serão as atribuições da mesma, evitando assim sobreposição de competências entre Câmaras Técnicas. O Dr. Cláudio sugeriu a possibilidade de agregar a uma das CT's já criadas, a competência específica para discutir a cobrança, no caso, considerando que a CTIL encontra-se sobrecarregada, indicou a CTPOAR para absorver isso. Após todos estes comentários, o Dr. Júlio Thadeu questionou se há consenso para a criação da CT, devendo considerar os aspectos operacionais e a grande demanda de trabalho. O Dr. Roberto Monteiro questionou se, regimentalmente, todas as Câmaras devem preparar os documentos, aprová-los e depois encaminhá-los à CTIL. O Dr. Júlio Thadeu esclareceu que atualmente nada consta a esse respeito no Regimento, o que está claro é a competência da CT e o entendimento de todos, inclusive dos presidentes das CT's, de que quando o assunto tem um caráter amplo e legal deve-se passar pela CTIL. A Dra. Aparecida complementou que a preocupação em se criar esta CT não será só para analisar e elaborar uma resolução e sim para procurar atender uma demanda crescente, como por exemplo a do CEIVAP. O Dr. Barbosa propôs então, examinar, de forma mais apurada, apesar de concordar com a criação da CT, se não seria possível atribuir à CTPOAR mais esta competência. O Dr. Gualter propôs então não analisar a questão naquele momento e aguardar um posicionamento da ANA, que é quem tem capacidade de legislar, de fazer resoluções sobre a matéria. Muitos comentaram que a ANA se encontrava lá representada. A Dra. Célia Cristina argumentou que a ANA não é membro do CNRH e que, portanto, ela não fazia parte oficialmente da CT. A Dra. Patrícia comentou que é o CNRH quem estabelece diretrizes, a ANA compete definir taxas e normas para os recursos hídricos de domínio da União, além disso, ela não poderá estabelecer valores para os estados. A Dra. Maria Luiza complementou que a ANA não tem competência para estabelecer diretrizes nem nos recursos hídricos de domínio da União, é o CNRH quem aprova o valor da taxa, que é sugerido pelo Comitê. A Dra. Célia Cristina informou existir na estrutura da ANA uma Superintendência de Cobrança cujo titular é o Dr. Antônio Félix, e que o mesmo deveria ser ouvido. O Dr. Júlio comentou que era importante a presença de um representante oficial da ANA na reunião para discutir o assunto em pauta. A Dra. Cristina Yuan comentou que, na sua opinião, compete exclusivamente ao CNRH a oportunidade de criação ou não de novas Câmaras Técnicas. O Dr. Júlio Thadeu deixou a presidência temporariamente e delegou-a a Dra. Cristina Mascarenhas. O Dr. Jorge colocou que seria interessante se fosse possível contar com a participação da ANA, para opinar sobre a definição das diretrizes da CT, sugeriu aguardar uma próxima oportunidade para essa definição. O Dr. Cláudio comentou que não resta dúvidas que a criação de uma nova CT no âmbito do Conselho é de sua exclusiva competência, acrescentando na Lei 9.433/97 está claro que os Comitês devem estabelecer e sugerir os mecanismos de cobrança, enquanto que a Lei 9.984/00 estabelece que a ANA subsidia os estudos técnicos para a implantação da cobrança e os encaminha ao Conselho que definirá o valor final. Comentou ainda que existe uma demanda no CNRH para examinar a questão de cobrança encaminhada pelo CEIVAP. A sua preocupação, complementou, é que o CNRH tenha condição de examinar a proposta encaminhada pelo CEIVAP, no tempo menor

possível, e que o faça levando em conta o grande esforço feito na bacia do Paraíba do Sul, que possui um cronograma para a implantação da cobrança na bacia. O Dr. Júlio retornou e reassumiu a coordenação dos trabalhos. O Dr. Cláudio ponderou que se os membros da CT optarem pela criação da CT de Cobrança, não posterguem o exame da proposta do CEIVAP para o dia em que esta Câmara venha a estar instalada. O Dr. Júlio afirmou que em relação ao andamento do processo do CEIVAP, enquanto a instalação da CT de Cobrança não for aprovada, este assunto vai ser tratado no âmbito da CTIL. A Dra. Patrícia comentou que alguns trabalhos estavam avançando muito pouco e que seria importante a participação da ANA, como também seria a do IGAM, do DAEE, de todos os demais agentes outorgantes, em seus respectivos estados, que efetivarão a cobrança e poderiam trazer contribuições sobre o que os estados, do ponto de vista administrativo, estão aplicando e complementou que caberá à CTIL a uniformização legal. O Dr. Júlio Thadeu questionou se já seria possível encaminhar a proposta de criação da CT, bem como suas atribuições e a composição. Lembrou ainda que cada segmento só pode fazer parte de no máximo 03 CT's permanentes, e cita o caso do MMA. O Dr. Barbosa argumentou que os Ministérios considerados mais significativos, que cuidam das questões de recursos hídricos, já se encontram comprometidos com outras CT's, além disso, propôs definir naquele momento, as atribuições e a composição da CT de Cobrança. O Dr. Júlio ponderou que definir a composição naquele momento seria muito complicado. A Dra. Cristina Yuan ressaltou que estavam tratando de duas coisas distintas, o mérito do assunto é a criação da CT e o segundo ponto seria considerar a definição da composição e suas atribuições, assim, sugeriu o encaminhamento do mérito. Consensou-se então pela criação da CT e deixando para a próxima reunião, a definição da composição e das atribuições da mesma. O Dr. Júlio Thadeu passou então a discutir o próximo assunto da pauta referente às deliberações do CEIVAP. A Dra. Célia Cristina propôs uma inversão da pauta relacionada aos itens 4 e 5, justificando que os representantes da ANA teriam interesse em acompanhar a discussão das deliberações 3 e 4 do CEIVAP. O Dr. Júlio Thadeu pôs em votação a proposta da Dra. Célia Cristina. Consensou-se pela alteração dos itens e passou-se então a discussão do item 5 da pauta referente à revisão do Regimento Interno do CNRH. O Dr. Júlio Thadeu comentou que havia sido colocado na proposta de alteração do Decreto nº 2.612, aprovado na reunião do Conselho, a modificação do número de membros do mesmo, e sendo assim foram retirados do Regimento itens que eram tratados no decreto anterior e foram incluídos novos itens que constam da proposta nova de decreto, aprovada e que encontra-se na Casa Civil. A Dra. Patrícia questionou a existência de duas redações para o Art. 16, constante da proposta, um dos quais acrescenta poderes ao presidente do CNRH, *ad referendum* do Conselho para deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados, ou seja a transposição do rio São Francisco, exemplificou. O Dr. Barbosa acrescentou que estava escrito "desde que previamente apreciado em Câmara Técnica". A Dra. Patrícia acrescentou que estava fazendo uma análise do texto e, mesmo com a necessidade de se prever os casos de excepcionalidade, da forma como estava a redação, ela não concordava. O Dr. Júlio justificou que deve-se observar a questão com cuidado, entretanto a não existência do *ad referendum* complica a situação do Conselho, pois se o mesmo não tiver uma capacidade operacional rápida, em situações de excepcionalidade, poderão ser adotadas decisões sem que o Conselho dê a sua opinião. A Dra. Patrícia solicitou ainda a substituição do termo "*apreciada*" por "*analisada e devidamente aprovada em parecer da CT*" e talvez restringir um pouco os incisos das competências pelos quais caberia o *ad referendum*. O Dr. Júlio Thadeu comentou novamente a necessidade do *ad referendum* para casos específicos mas com a adoção de alguns cuidados, sem inviabilizar a operacionalidade do Conselho. A Dra. Patrícia concordou, entretanto sugeriu aos demais que atentassem às competências do CNRH, e verificassem o que realmente caberia como *ad referendum*. A Dra. Maria de Lourdes comentou que no Regimento Interno do CONAMA, prevê que poderá ser requerida urgência na apreciação pelo Plenário para qualquer matéria não constante da pauta e sugeriu retirar o caráter de *ad referendum* e as matérias urgentes deveriam ser analisadas nos seguintes procedimentos: o requerimento de urgência deverá ser subscrito por um mínimo de x pessoas, bem como ser apresentado no início da ordem do dia. O Dr. Júlio Thadeu comentou que o *ad referendum* não caracteriza regime de urgência e que a não existência deste, num Conselho como o CNRH, não seria aconselhável, principalmente em função da questão operacional, mas que entendia a necessidade de restringir. Após isso, o Dr. Júlio Thadeu solicitou que a Dra. Patrícia, em conjunto com a Dra. Maria Luiza, elaborassem uma redação alternativa para o art. 16, a ser analisada mais adiante e propôs discutir o restante do texto enquanto se providenciava a mencionada

redação. O Dr. Décio comentou que não entendeu o texto do § 1º, no Art. 24, que trata da questão da extinção da CT pelo Plenário do CNRH. O Dr. Júlio justificou que deveria ter havido um erro de digitação do texto e que o mesmo deveria parar na palavra "resolução". O Dr. Carlos Eduardo mencionou o Art. 31 e questionou quem controla as faltas dos membros. Dr. Júlio respondeu que existe um controle de presença nas CT's. O Dr. Carlos Eduardo justificou que nos casos de comitês a situação é mais complicada e fica difícil acompanhar quem está participando ou não. A Dra. Sonáli sugeriu que os participantes da CTIL, adotassem o procedimento de encaminhar aos componentes do Segmento que representam, as suas anotações sobre o que foi tratado na reunião, a exemplo do procedimento adotado pelo segmento das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica, que recebe de seu representante um "Relatório Gerencial de Atividade da CTIL". O Dr. Roberto complementou que no setor federal, o ministro já tomou a iniciativa de notificar aos órgãos que não estão participando ativamente das reuniões do CNRH e sugeriu que na ocorrência da segunda falta consecutiva ou na quarta intercalada, que o Conselheiro seja comunicado quanto ao fato. O Dr. Júlio Thadeu comentou que, em muitos casos, vamos penalizar um segmento que é importante, quando o problema é do participante. Cabe ao conselheiro procurar acompanhar e saber dos seus representantes sobre atas, relatórios, andamento dos trabalhos, citou ainda que as atas ficam disponíveis na *homepage* do CNRH. Continuando a análise da proposta de Regimento Interno, o Dr. Francisco falou que com relação ao artigo 1º, Inciso XVI, que trata da questão do "prioritariamente", que consta na proposta de decreto e nesta proposta de alteração do Regimento, não está compatível com proposta aprovada de alteração do PL 1.616/99, que indica que a prioridade vai ser estabelecida pelo comitê, só na inexistência do comitê é que a prioridade será estabelecida pelo respectivo Conselho de Recursos Hídricos, sugeriu então uma adequação para esta questão. O Dr. Júlio esclareceu que o projeto de lei, ao se tornar lei, automaticamente altera todas as leis anteriores. O Dr. Júlio questionou se haveria mais sugestões. O Dr. Cláudio propôs a alteração do inciso XVI, do Art. 1º, para a seguinte redação "definir, em articulação com os respectivos comitês de bacia hidrográfica, as prioridades...". A sugestão foi acatada pela maioria. Às 12:30 h, encerrou-se os trabalhos no período da manhã. No período da tarde, os trabalhos foram retomados às 14:30 h, sob a coordenação da Dra. Ana Cristina, com a continuidade da revisão do Regimento Interno. Após discussão, detectou-se que o único item pendente de análise, era o artigo 16, cuja redação seria proposta pela Dra. Patrícia e a Dra. Maria Luiza a qual ainda não estava elaborada. Após aquiescência dos presentes, passou-se ao próximo item da pauta referente às deliberações do CEIVAP. A Dra. Ana Cristina solicitou ao Dr. Cláudio, representante do CEIVAP, que tecesse considerações iniciais sobre o assunto. O Dr. Cláudio iniciou a sua fala abordando o contexto histórico da criação do CEIVAP, afirmando ter havido todo um esforço inicial do Comitê de adequação à Lei 9.433/97, com a alteração do seu Regimento em dezembro de 1999 e que em julho de 2000 ocorreu uma outra alteração para se adequar à Resolução nº 05 do CNRH. Acrescentou que em março deste ano, se aprovou uma série de deliberações e que algumas delas foram encaminhadas ao Conselho. Neste período, ocorreram ações importantes na bacia tais como o PQA – Programa de Qualidade de Água, o Projeto Preparatório para o Gerenciamento da Bacia, que serviu para definir pacote de investimentos necessários, comentou ainda os seus valores e detalhou estes programas. Continuou comentando ser indispensável se avançar para implantação da Agência e da cobrança, que irá assegurar a sustentabilidade deste tipo de gestão proposta na Lei 9.433/97, caso contrário cria-se uma dependência total de recursos orçamentários dos órgãos públicos. Se não resolver a equação do tripé do Comitê, que é comitê-agência-cobrança, os Comitês estarão operando de forma precária e com pouca possibilidade de responder às demandas da bacia, pois é necessário fornecer perspectivas reais de solução dos problemas, para prefeitos, para deputados, para sociedade civil, para as próprias empresas, ou seja garantindo o processo participativo. Lembrou ainda que, em março de 2001, o CEIVAP aprovou a implantação da cobrança na bacia, a partir de 2002. Nesse processo, procurou-se discutir com usuários e com a sociedade sobre o que é uma cobrança pelo uso da água, negociada na bacia, com o comprometimento de todos, além de implicar no exercício de discussão de valor, que não onere a atividade econômica e que a sociedade vislumbre como uma forma de solucionar problemas. O comitê pretende, ainda este ano, possibilitar, a partir de uma metodologia proposta e constante no anexo da deliberação nº 03, consensar com os atores regionais e locais da bacia, um método de cobrança que cumpra esta finalidade. Concluindo, informou que o Comitê aprovou a implantação da cobrança a partir de 2002 e neste momento, encontra-se em discussão a forma como será calculado o valor a ser cobrado. Ressaltou que esta implantação não constitui um ato isolado de um

Comitê, e sim fazer valer o compartilhamento de competências que a legislação de recursos hídricos prevê. Considerando que quem autoriza a implantação da agência e que estabelece os valores para cobrança, a partir da metodologia proposta pelo comitê e a partir de estudos técnicos realizados pela ANA, é o Conselho, assim o CEIVAP encontra-se disposto a discutir juntamente com o CNRH, uma forma de transformar o que é discurso de quatro anos, em ações práticas na bacia. O Dr. Júlio Thadeu reassumiu os trabalhos tecendo comentários sobre o trabalho de acompanhamento desenvolvido por ele, na bacia do rio Paraíba do Sul e na implantação do CEIVAP. Comentou ainda que, tem-se que ser cuidadoso com as análises a serem feitas, pois as diretrizes gerais ainda não estão bem estabelecidas, a lei das agências ainda não está aprovada, o CNRH ainda não dispõe de Resolução referente à cobrança pelo uso da água, portanto, qualquer tema aprovado, terá o caráter de excepcionalidade, com prazos determinados. Este fato não pode ser considerado fator impeditivo de implementação de instrumentos de gestão na bacia, mas requer cuidado na sua análise, sem inviabilizar os trabalhos do CEIVAP. O Dr. Cláudio corrigiu sua apresentação e informou ser ele o coordenador do escritório do CEIVAP e que o Secretario Executivo do Comitê é o Sr Edilson que, por sua vez, é o representante do DAEE/Governo do Estado de São Paulo. Quanto às colocações do Dr. Júlio em relação à cobrança, ele esclareceu que inicialmente existia um dilema aparentemente insolúvel, pois a condição para a implantação da agência era a sua viabilidade econômica financeira e questionou se cabe a agência implantar a cobrança, como obter esta viabilidade? Este dilema se quebra por duas razões: a primeira, com a aprovação da Lei 9.984/00, que do ponto de vista legal, implantou na prática a cobrança desde julho do ano passado, especialmente para o setor elétrico. A segunda é que a bacia tem um documento legal, aprovado pelo Comitê, dentro da sua esfera de competência e, com isso, os recursos estão assegurados. A Dra. Patrícia disse que teria dúvidas e uma questão de ordem. Em relação à Cobrança, a CTIL tem grande responsabilidade na análise e o pressuposto disso vai ser a ponderação, o consenso, a negociação, a parceria e a solidariedade na bacia, para que dê sustentabilidade às ações. Prosseguiu afirmando estar ocorrendo uma revolução no trato da gestão administrativa, a questão do público e do privado, com isso aumenta ainda mais a responsabilidade de CT. Após tecer essas considerações, a Dra. Patrícia questionou a deliberação do CEIVAP a ser analisada na CT, especialmente no que tange aos artigos 1º, onde consta que fica aprovado o calendário (em anexo à deliberação) para implantação da cobrança, e 2º que aprova o valor a ser cobrado, pois ela recebeu e apresentou aos demais uma solicitação da CSN, da Kaiser e da Votorantim, questionando o calendário e propondo um novo calendário, solicitando um fórum de usuários, que esse fórum fosse inserido no calendário e organizado de forma diferente, além destes, continha outros questionamentos, quanto ao valor de dois centavos e à escolha das 40 maiores indústrias usuárias para pagar pelo uso. Continuou afirmando que entende que o comitê tem toda a liberdade para isso, mas quando se cobra de quarenta maiores usuários, está considerando que os demais usos são insignificantes e como verificou não existir um consenso devida a solicitação das indústrias, não vai caber à CTIL tomar posição, a questão deveria ser encaminhada à CTIL já definida, consensada e harmonizada. Caberá aos membros da CT, simplesmente analisar se a solicitação encontra-se de acordo ou não com as legislações vigentes. Por questão de ordem, a Dra. Patrícia disse considerar que as deliberações vieram à CT de forma extemporânea e que, na sua opinião, deveriam voltar, amadurecer e depois retornar à apreciação da CT. O Dr. Luís Cláudio comentou que a CSN é uma grande consumidora da bacia do rio Paraíba do Sul, e que a provocação que o CEIVAP fez no mês passado, foi muito positiva pois colocou dentro de uma pauta questionamentos bastante razoáveis e os pontos a serem pensados. Muitas contribuições foram encaminhadas ao CEIVAP e o grupo de usuários que possuem interesses diversos entre si e, em alguns casos, antagônico, tornou-se minoria pela fragmentação dos vários interesses e observou-se a necessidade de desenvolvimento de uma fórmula de cálculo do pagamento e contribuição consensada. O cronograma proposto na reunião ordinária do CEIVAP é inviável, e solicitou ainda que gostaria que fosse registrado em ata um elogio ao CEIVAP, pela iniciativa e pelo trabalho que vem efetuando na bacia. Dra. Célia solicitou a palavra e apresentou o Dr. Rodrigo Mello - procurador da ANA. O Dr. Cláudio teceu breves observações sobre a implantação da Agência e o quanto a mesma é essencial à vida de um Comitê. Na medida em que, se iniciem as autorizações de implantação dos Comitês, irá aumentar a demanda para implantação de agências e quanto à resposta à questão da Patrícia, comentou que o Professor Mauro Viegas sugeriu encurtar o cronograma em 03 meses. A Dra. Maria de Lourdes afirmou concordar com a fala da Dra. Patrícia, tendo em vista o envio de documentos contrário ao cronograma proposto e que com relação à

agência, caberia ao CNRH aprovar a sua implantação e questionou a colocação do Dr. Júlio, quanto à não aprovação ainda da Lei de Agências, como condição para decidir se a deliberação do CEIVAP poderia ser encaminhado ao Conselho, aprovada pela CT. O Dr. Barbosa externou a sua preocupação com o fato de uma maioria aprovar as decisões na reunião do CEIVAP e, após isso, um documento é encaminhado a um membro da CT informando o contrário. O Dr. Júlio Thadeu afirmou ser imprescindível a criação de uma entidade que tenha personalidade jurídica e que dê apoio ao Comitê, objetivando a operacionalização das atividades na bacia. Questionou quais seriam as implicações legais de se criar uma fundação, sem o caráter de agência. Questionou se os recursos, oriundos do setor elétrico, não poderiam ser repassados pela ANA para essa fundação, mediante convênio. Um outro ponto importante, era que ele havia entendido que, na reunião do CEIVAP, foi aprovado um indicativo base para que se fizesse todos os estudos necessários à implantação da cobrança e depois voltasse para a aprovação final em reunião plenária. Questionou se os valores constantes da deliberação e que se encontrava em discussão, se são os valores finais e se já está claro de quem vai ser cobrado. Questionou se poderia considerar que a informação, constante da deliberação e encaminhada a CT, representa a decisão final do CEIVAP sobre este assunto. Por fim, afirmou que cabe ao Conselho discutir o valor final a ser cobrado. O Dr. Cláudio ponderou que não é o valor final ainda. O Comitê decidiu que se implantará a cobrança a partir de 2002, inclusive para fazer face às contrapartidas do Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas da ANA. Já existem municípios se habilitando junto à ANA, portando uma declaração do Comitê de que aquele município está priorizado nos planos já aprovados pelo mesmo, na perspectiva de recebimento deste estímulo. Logo, com a intenção de ver as ações planejadas implantadas na bacia, revertendo-se rapidamente em melhoria de qualidade da água, através do exercício do processo de gestão e este foi um dos fatores que contribuíram para que o Comitê aprovasse a implantação da cobrança. A cobrança foi aprovada com um calendário e uma metodologia, que constitui a base para discussão e seus valores ainda são passíveis de modificações. Justificou ainda o porque encaminhou à apreciação do CNRH e da ANA, pois a lei define que quem irá definir e estabelecer o valor final de cobrança é o Conselho. Especificamente sobre a agência, a Lei 9.433/97, nos seus artigos 41 e 42, estabelece duas condições claras para a criação de uma agência e diz que é da competência do CNRH autorizar, embora na disposição transitória diz que deve-se estabelecer um prazo para que seja encaminhado o projeto de lei, mas não diz que o encaminhamento é condição para sua implantação. Caso o CNRH não autorize a criação da agência, a decisão será entendida, entretanto não vê impedimentos para que não se aprove um pedido do comitê, considerando terem sido atendidas as duas condições prévias, pelo fato desta lei (PL 1616/99) ainda não ter sido aprovada no Congresso. O fato é que sem a agência não haverá a cobrança e o Comitê vai continuar dependendo de recursos do Governo Federal e dos Estados. A Dra. Aparecida colocou que houve um equívoco na forma como consta na pauta. O termo "aprovar" não é adequado. Disse não acreditar que a cobrança seja instituída enquanto não houver agência de bacia e que conste em ata essa sua preocupação. O Dr. Luis da CSN disse que, como entidade desde o início discordante, gostaria de manifestar a sua preocupação extrema com algumas coisas: o fato de se apressar o processo de implantação de cobrança em função da necessidade de se atender ao plano ou o conjunto de compromissos assumidos, seria um grande equívoco. Do ponto de vista da CSN, a Deliberação nº 03 não parece muito adequada. Com relação à Deliberação nº 05, conforme colocado pela Dra. Aparecida quanto a criação de uma entidade jurídica que não seja declarada uma agência de bacia, talvez seja uma saída para esta situação. Questionou aos juristas, como ficaria a questão, sob o ponto de vista da prestação de contas públicas, no momento de transformar essa mencionada entidade (uma OSCIP) numa agência de bacia, considerando que os recursos serão da União, arrecadado pela ANA, sobre um bem da União. Como funcionará esse processo, quando forem várias as agências implantadas? A Dra. Aparecida esclareceu que isso é possível e que já existem casos, especialmente no Estado de São Paulo. O Dr. Luís contra argumentou que ele está falando da operacionalização, do controle das contas públicas e isso é um ponto que precisa ser avaliado com máximo cuidado. Dr. Roberto Monteiro teceu considerações quanto ao tempo e a oportunidade do encaminhamento da proposta, pois no seu entender deveria ser encaminhado ao CNRH o valor final, para aprovação e homologação desde que devidamente consubstanciado. O Dr. João Carlos, da CNA, ponderou que na deliberação existem valores estipulados para cobrança e questionou como o valor foi estipulado, se existem estudos quanto ao impacto no valor final dos produtos, sejam eles agrícolas ou industriais. O Dr. Roberto Monteiro informou que

para o setor sucro-alcooleiro existem estudos. O Dr. Júlio Thadeu comentou que foi elaborado um estudo para se chegar aos valores estipulados, entretanto desconhece o nível de detalhamento e o quanto se está pretendendo cobrar dos 40 ou 50 maiores usuários da bacia. O Dr. João Carlos questionou se existe uma regra geral, quanto a metodologia de cálculo do valor a ser cobrado e seus impactos, definida pelo CNRH. O Dr. Júlio Thadeu afirmou que essa regra será contemplada, de uma forma geral, dentro das diretrizes gerais e em nível nacional. A Dra. Cristina comentou a falta de diálogo no encaminhamento do processo, pois dentro da reestruturação do CEIVAP, com a nova composição e, num intervalo curtíssimo de tempo, na mesma reunião de posse dos novos representantes, foram apresentadas as propostas de deliberação, e na verdade, os novos membros estavam começando a conhecer o processo, que deveria ser bem mais aprofundado. Ela afirmou não entender bem, como os quarenta usuários indicados (não se sabe quem são) possam concordar em participar deste processo de cobrança, desconhecendo qual é o universo de usuários que estarão sujeitos à cobrança. A Dra. Cristina afirmou não estar contra a criação das Agências de Água ou de Bacia, e que o que a estava preocupando era o fato do CEIVAP estar sendo colocado como modelo ou piloto e, não seria possível tomar decisões de forma precipitadas, sem medir as consequências. Assim, na Câmara Técnica, seria desaconselhável assumir compromissos sérios como esses, sem um maior aprofundamento. A Dra. Maria Luisa colocou que pelo visto, existem inúmeras questões jurídicas, inicialmente quanto às questões das condições para a criação da agência, que o Dr. Cláudio considera que são apenas os arts. 42 e 43 da Lei 9.433/97, mas se observarem bem, o art. 53 estabelece um prazo de 120 dias a partir da publicação da lei para a criação das agências de água, o que é mais uma condição sim, visto que esta lei que irá definir qual a natureza jurídica das Agências. Quanto a outra questão, levantada pela Dra. Aparecida, se seria possível criar uma outra entidade que não fosse uma agência de água, com a finalidade de cumprir as atribuições desta, ela afirmou com base no princípio da legalidade, que só uma agência de água é que pode ter as competências a ela atribuídas, logo não se poderia criar uma outra entidade para exercer essas atribuições. Quanto à questão dos valores a serem cobrados, existe uma norma, um conceito do direito administrativo onde todo ato da administração tem que ser motivado, logo o valor de R\$ 0,02/m<sup>3</sup> não pode ser um número cabalístico, tem que ser balizado em estudos específicos. Na sua opinião, a CT só pode se pronunciar se conhecer a motivação deste valor. Por fim, a questão de só envolver os quarenta maiores usuários fere o princípio da isonomia, que diz que, perante a lei, todos são iguais. Assim, os que estão sujeitos à outorga têm que pagar por isso e para se criar um fator de diferenciação, esta diferença tem que ter critérios estabelecidos em lei, não pode um órgão administrativo como um Comitê estabelecer uma diferenciação que a lei não fez, isso poderá ser questionado na justiça. O Dr. Alberto do IGAM contemporizou que o assunto cobrança e a criação da agência estavam postos, o CEIVAP é um modelo, não se pode atropelar o processo ou aprová-lo da forma em que se encontra, mas também não se pode postergar, alegando desconhecimento da matéria, pois foi constatado que é importante a criação da Câmara Técnica de Cobrança e enquanto ela não for efetivada, é necessário sinalizar ao CEIVAP o caminho a ser seguido. Propôs então, que se tenha um encaminhamento positivo para a questão. O Dr. Roberto Monteiro afirmou ser importante que haja vontade política e que o pacto firmado entre as partes para se chegar a um bem comum é fundamental para a consolidação do processo, essa é a essência de todo Comitê de Bacia. O Dr. Júlio Thadeu falou que muitas colocações já haviam sido feitas e que era necessário se chegar a uma conclusão, inicialmente sobre a cobrança e depois sobre a criação da agência. Questionou se no documento apresentado, os valores da cobrança discriminados, são os valores finais consensados pelo CEIVAP para que haja cobrança na bacia. O Dr. Cláudio afirmou já ter respondido a questão anteriormente e que não eram os valores finais. A Dra. Cristina afirmou não ter questionado o cronograma e sim, o valor a ser cobrado, a forma como isso vai ser feito e a forma como foi calculado. Não lhe pareceu que a proposta tenha sido pactuada, pois trata-se de um estudo adotado como proposta e que obteria melhor resultado se os quarenta maiores usuários tivessem sido identificados e iniciado um diálogo. Essas etapas fazem parte do processo de crescimento do Comitê. Justificou que quando ela afirmou que o processo era lento, não se referia explicitamente a um cronograma, mas sim a toda essa questão da regulamentação da cobrança e da outorga. O Dr. Cláudio argumentou que cobrança não é custo, é investimento porque retorna à bacia. O Dr. Júlio afirmou que se a intenção do CEIVAP era despertar a atenção da CT e do CNRH, já foi atingido o objetivo, todavia falta constar da Resolução do CEIVAP os números definitivos para a cobrança. Objetivando maior transparência no processo, foi proposto a divulgação da metodologia através uma apresentação do estudo



elaborado pela COPPE, que estabeleceu o valor de dois centavos de real por metro cúbico de água captado, na próxima reunião da CTIL. O Dr. Júlio questionou o Dr. Cláudio sobre a oportunidade da criação de um escritório técnico, com personalidade jurídica, para servir de apoio para o Comitê. O Dr. Cláudio respondeu que nesse caso não necessitaria de autorização do CNRH e que gostaria de obter da CT uma resposta relacionadas às deliberações encaminhadas. Complementou dizendo que o CEIVAP apresenta como proposta para a criação da Agência de Bacia, a figura jurídica de uma Fundação de Direito Privado, todavia poderia ser uma OS ou uma OSCIP, cabendo, a partir daí, uma discussão. O Dr. Júlio comentou que o CNRH autorizou ontem o encaminhamento da proposta de substitutivo ao PL 1.616/99, ao deputado relator, que prevê, preferencialmente, a figura jurídica de uma Fundação de Direito Privado, para a formação das Agências de Bacia. Esta é a posição formal do Conselho quanto ao caráter das Agências de Bacias, todavia isto não nos dá certeza que a proposição será aceita. Falou que no Estado de São Paulo a lei é autorizativa e tudo indica que essa tendência deva prevalecer para os outros Estados. Comentou também a respeito do equívoco legal estabelecido entre o art. 43 e o art. 51 da Lei nº 9433/97, e ele entende que o Comitê deve ter um órgão com personalidade jurídica a ele atrelado, para que possa responder as suas necessidades. O Dr. Roberto ponderou que o CNRH é uma instância terminativa e que ele tem dúvidas sobre o que efetivamente o CEIVAP está querendo ao trazer estas duas resoluções à apreciação da CT. O Dr. Cláudio respondeu que o CEIVAP está querendo a aprovação da criação da Agência de Bacia. O Dr. Roberto sugeriu então o encaminhamento da questão à Consultoria Jurídica para discussão na próxima reunião da CT. O Dr. Júlio ponderou que a CT não pode aprovar a criação da agência, mas sim o CNRH. Todavia entende que o assunto não pode ficar sem uma solução, propôs então analisar a questão e apresentar direcionamentos para se avançar na matéria. O Dr. Cláudio ponderou que já há cobrança do setor elétrico e que este motivo suficiente para o custeio inicial da Agência. O Dr. Júlio ponderou que a CT analisará de acordo com a legislação vigente (lei nº 9.433/97 e nº 9.984/00) uma vez que o assunto é considerado muito delicado. Esgotado este assunto, sugeriu-se agendar a próxima reunião da CTIL para o dia 26/06/01 em Brasília, o que deverá ser confirmado pela internet. O Dr. Júlio informou que a próxima reunião do CNRH está prevista para a primeira quinzena de julho e que se encontra aberta aos conselheiros o encaminhamento de sugestão de pauta. Retomou-se então a questão do art. 16 da proposta de alteração do Regimento Interno do CNRH. O Dr. Júlio leu a proposta de redação (Anexo II) deixada pela Dra. Patrícia e pela Dra. Maria Luiza, ao que não havendo consenso e dado ao adiantado da hora, decidiu-se por se enviar a proposta de redação deste artigo, aos presentes na reunião, via e-mail, para se consensar sobre a sua redação final, a tempo de inseri-la na proposta de alteração do Regimento Interno do CNRH, na pauta de sua próxima reunião. A reunião foi encerrada às 18:00 h.

JÚLIO THADEU KETTELHUT  
Presidente

ANA CRISTINA MASCARENHAS  
Relatora

WILSON DE AZEVEDO FILHO  
Relator

ANEXO I - PAUTA

ANEXO II – Proposta de redação para o artigo 16 do Regimento Interno do CNRH

ANEXO III – Regimento Interno do CNRH – Proposta de alteração sugerida pela CT

## **ANEXO I**

### **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS**

#### **PAUTA DA 20ª REUNIÃO DA CTIL**

**DATA:** 30 de maio de 2001.

**HORÁRIO:** 09:30 horas

**LOCAL:** Mini-auditório da SRH - SGAN Q 601, Lote 01, Ed. Sede da  
CODEVASF, 4º andar - Brasília/DF

1. Abertura;
2. Aprovação da Ata da 19ª Reunião;
3. Discussão sobre a criação da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos;
4. Análise das Deliberações do CEIVAP:
  - Nº 03 - trata da implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na bacia do Rio Paraíba do Sul e estabelece as condições para sua participação no Programa Nacional de Despoluição de Bacias;
  - Nº5 – trata da criação da Agência de Água do Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul;
5. Revisão da Proposta de Alteração do Regimento Interno do CNRH; e,
6. Assuntos Gerais.

## **ANEXO II**

### **TEXTO PROPOSTO PELA DRª PATRÍCIA E DRª MARIA LUIZA PARA O ARTIGO 16**

Art. 16. O Presidente poderá decidir ad referendum do CNRH, em caráter de emergência, desde que a matéria tenha sido objeto de proposta prévia, elaborada e encaminhada pela competente Câmara Técnica, devidamente acompanhada dos motivos que justificaram a emergência.

§ 1º. O presidente só poderá decidir, na forma do *caput* deste e artigo, com relação às matérias previstas nos incisos II, III, IV, VI, VII, X, XI E XII do art. 1º desta Resolução.

§ 2º. O Presidente deverá levar à apreciação do CNRH as decisões tomadas, conforme o *caput* deste artigo, na 1ª reunião subsequente do CNRH.

## **ANEXO III**

### **MINUTA DE PROPOSTA VERSÃO 05 - 30/05/2001**

#### **REGIMENTO INTERNO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

##### **CAPITULO I DA CATEGORIA E FINALIDADE**

Art. 1º. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, órgão colegiado da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e regulamentado pelo Decreto n.º 2.612, de 03 de junho de 1998, e observado o disposto na Lei nº 9.984 de 17 de julho de 2000 e sua regulamentação, integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, na qualidade de órgão consultivo e deliberativo e tem por competência:

- I. formular a Política Nacional de Recursos Hídricos nos termos da Lei nº 9.433 , de 1997, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 9.984, de 2000;
- II. promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários;
- III. arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;
- IV. deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados;
- V. deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- VI. analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos;
- VII. estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VIII. aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacias Hidrográficas e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos;
- IX. deliberar sobre os recursos administrativos que lhe forem interpostos;
- X. aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- XI. acompanhar a execução do Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- XII. estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso;
- XIII. manifestar-se sobre os pedidos de ampliação dos prazos para as outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, estabelecidas nos Incisos I e II do art. 5º da Lei nº 9.984, de 2000;
- XIV. definir os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, na forma do Inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000;
- XV. analisar, propostas de incentivos, inclusive financeiros, à conservação qualitativa e quantitativa de recursos hídricos, na forma do inciso XVII, do art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000;

XVI. definir, **em articulação com os respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas**, as prioridades de aplicação dos recursos a que se refere o *caput* do art. 22 da Lei nº 9433, de 1997; na forma do parágrafo 4º do art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000;

XVII. autorizar a criação das Agências de Água, nos termos do art. 42 Parágrafo Único e art. 43 da Lei nº 9.433, de 1997;

XVIII. aprovar o enquadramento dos corpos de água em classes, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e de acordo com a classificação estabelecida na legislação ambiental.

XIX. delegar, por prazo determinado, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.433, de 1997, aos consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, legalmente constituídas, com autonomia administrativa e financeira, o exercício de funções de competência das Agências de Águas, enquanto esta não estiver constituída, ouvido o Comitê de Bacia Hidrográfica respectivo.

## **CAPITULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA ESTRUTURA**

Art. 2º. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem a seguinte estrutura:

- I. Presidente;
- II. Secretário Executivo;
- III. Plenário;
- IV. Câmaras Técnicas.

#### **SEÇÃO II**

#### **DA COMPOSIÇÃO**

Art. 3º. A composição do Plenário do CNRH será efetivada em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 9.433, de 1997 e no Decreto nº 2.612 de 1998.

§ 1º A indicação dos representantes dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos, titulares e suplentes, será feita mediante processo de escolha definido por Resolução do CNRH.

§ 2º A escolha dos representantes, titulares e suplentes, dos segmentos de usuários e organizações civis, representado no Conselho deverá realizar-se no último semestre do biênio em exercício, cabendo a coordenação do processo da escolha aos respectivos representantes em exercício.

§ 3º O Conselho, por meio de sua Secretaria Executiva, poderá dar apoio técnico e administrativo nos procedimentos de escolha para indicação dos representantes titulares e suplentes.

§ 4º Os representantes do Governo Federal, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos.

§ 5º Os representantes, titulares e suplentes, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos deverão ser, obrigatoriamente, de Estados distintos, mediante processo de escolha definido por Resolução do CNRH.

§ 6º Todos os representantes titulares e suplentes serão designados pelo Presidente do CNRH.

#### **SEÇÃO III**

#### **DO FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO**

Art. 4º. As reuniões plenárias serão presididas pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente a reunião será presidida pelo Secretário Executivo e na ausência deste pelo Conselheiro mais idoso.

Art. 5º. O Conselho reunir-se-á em sessão pública, com a presença de pelo menos dois terços dos seus membros em primeira chamada e em segunda chamada, trinta minutos após com cinquenta por cento mais um, para instalação; e deliberará por maioria simples dos presentes, com um *quorum* mínimo de um terço de seus membros.

§ 1º Cada Conselheiro titular terá direito a um voto sendo que, em caso de empate, o Presidente da sessão exercerá voto de qualidade.

§ 2º Na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo único do art. 4º, o Conselheiro que estiver exercendo a Presidência terá direito também ao seu voto como representante do seu respectivo segmento.

§ 3º Os Conselheiros suplentes terão direito a voto na ausência dos respectivos titulares e terão direito a voz, mesmo quando presente os titulares.

§ 4º O exercício do voto é privativo dos Conselheiros titulares ou suplentes não sendo permitido seu exercício por representantes mesmo que qualificados.

Art. 6º. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos reunir-se-á em caráter ordinário a cada seis meses, no Distrito Federal, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço de seus membros.

§ 1º A convocação ordinária será feita com trinta dias e a extraordinária com quinze dias de antecedência.

§ 2º As reuniões extraordinárias poderão ser realizadas fora do Distrito Federal, sempre que razões superiores assim o exigirem, por decisão do Presidente do Conselho.

Art. 7º. Será obrigatório o encaminhamento, juntamente com a convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, de toda a documentação sobre os assuntos a serem objeto de decisão do CNRH, exceto o requerimento de urgência.

Parágrafo único. Nos ofícios de convocação deverão constar, obrigatoriamente:

Pauta da reunião com indicação dos assuntos a serem objeto de decisão;

- a) Ata da reunião anterior;
- b) Cópia das resoluções aprovadas na reunião anterior;
- c) Minutas das resoluções a serem aprovadas; e,
- d) Relação de Instituições eventualmente convidadas e assunto a ser tratado.

Art. 8º. As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente das matérias que justificaram sua convocação, somente podendo ser objeto de decisão os assuntos que constem da pauta da reunião.

Art. 9º. As reuniões ordinárias e extraordinárias terão suas pautas preparadas pela Secretaria Executiva e aprovadas pelo Presidente, delas constando necessariamente:

- I. abertura de sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II. leitura do expediente, das comunicações e da Ordem do Dia;
- III. deliberações;
- IV. outros assuntos;
- V. encerramento.

Art. 10. A Ordem do Dia observará em sua elaboração o seguinte desdobramento:

- I. requerimento de urgência;
- II. proposta de resolução objeto de anterior pedido de vista ou de retirada de pauta pelo proponente, com o respectivo parecer ou justificativa;
- III. resoluções aprovadas e não publicadas por decisão do Presidente, com a respectiva emenda e justificativa;
- IV. propostas de resoluções em curso normal;
- V. moções;

VI. recomendações.

Parágrafo único - Nas reuniões, as matérias de natureza deliberativa terão precedência sobre as matérias de qualquer outra natureza.

Art. 11. A matéria a ser submetida à apreciação do Plenário poderá ser apresentada por proposta de qualquer Conselheiro e constituir-se-á de:

- I. proposta de resolução - quando se tratar de deliberação vinculada à competência legal do Conselho;
- II. moção - quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática recursos hídricos;
- III. recomendação - quando se tratar de uma sugestão sobre matéria relacionada a recursos hídricos, a ser adotada por outro órgão ou entidade integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A matéria de que trata este artigo será encaminhada ao Secretário-Executivo, que proporá ao Presidente sua inclusão na pauta de reunião ordinária, respeitando a ordem cronológica de sua apresentação, ouvidas, quando couber, as Câmaras Técnicas competentes.

§ 2º As propostas de Resolução, antes de serem submetidas à deliberação do plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, deverão ser analisadas e aprovadas pelas competentes Câmaras Técnicas, bem como verificada a sua compatibilidade jurídica pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais.

§ 3º As propostas de resoluções que implicarem despesas deverão indicar a fonte da respectiva receita.

§ 4º As resoluções e moções serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo à Secretaria Executiva coligá-las, ordená-las e indexá-las.

Art. 12. Poderá ser requerida urgência, na apreciação pelo Plenário, para qualquer matéria não constante da pauta.

§ 1º O requerimento de urgência deverá ser subscrito por um mínimo de sete Conselheiros e poderá ser acolhido a critério do Plenário, por maioria simples.

§ 2º O requerimento de urgência deverá ser encaminhado à Secretaria Executiva do CNRH, com no mínimo dez dias de antecedência, a qual, no prazo de cinco dias providenciará a distribuição aos demais membros do CNRH.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo a qualquer proposta de resolução, moção ou recomendação, cujo regime de urgência for aprovado, devendo ser incluída obrigatoriamente na pauta da reunião, ou em reunião extraordinária convocada na forma do art. 6º § 1º deste Regimento.

Art. 13. É facultado a qualquer Conselheiro, com direito a voto, requerer vista, devidamente justificada, de matéria não julgada, ou ainda, solicitar a retirada de pauta de matéria de sua autoria.

§ 1º A justificativa de pedido de vista será decidida por maioria simples dos Conselheiros presentes com direito a voto.

§ 2º Quando mais de um Conselheiro pedir vista, o prazo para apresentação das justificativas deverá ocorrer simultaneamente.

§ 3º A matéria somente poderá ser retirada de pauta para vistas, uma única vez e deverá ser reapresentada na reunião subsequente, acompanhada de parecer do respectivo Conselheiro.

§ 4º O prazo para encaminhamento a Secretaria Executiva, do parecer relativo à matéria objeto de vista, deverá ser estabelecido pelo Presidente.

§ 5º Considerar-se-á intempestivo o pedido de vista ou de retirada de pauta, após o início da votação referida no inciso IV do art. 14 deste Regimento.

§ 6º As propostas de resolução que estiverem sendo discutidas em regime de urgência, somente poderão ser objeto de concessão de pedidos de vista se o Plenário assim o decidir, por maioria simples.

Art. 14. A deliberação dos assuntos em plenário deverá obedecer à seguinte seqüência:

I. o Presidente introduzirá o item incluído na Ordem do Dia e dará a palavra ao relator que apresentará seu parecer, escrito ou oral;

II. terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão, podendo qualquer Conselheiro apresentar parecer, escrito ou oral, com a devida justificativa;

III. encerrada a discussão o plenário deliberará sobre a matéria.

Parágrafo único. A apresentação que trata o inciso II deste artigo deverá limitar-se a um máximo de três minutos por conselheiro, ressalvados casos de alta relevância, a critério do presidente.

Art. 15. As resoluções aprovadas pelo Plenário serão referendadas pelo Presidente, no prazo máximo de trinta dias, e publicadas no D.O.U., cabendo ao Secretário-Executivo referendar as moções aprovadas que serão divulgadas por intermédio do Boletim de Serviço do Ministério do Meio Ambiente e na página da *Internet* do CNRH.

Parágrafo único. O Presidente poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer matéria aprovada, desde que constatados equívocos, infração a normas jurídicas ou impropriedade em sua redação, devendo ser a matéria obrigatoriamente incluída na reunião subsequente, acompanhada de proposta de emendas devidamente justificada.

**Art. 16. O Presidente poderá decidir sobre a matéria desde que previamente apreciada em Câmara Técnica Ad referendum do CNRH, devendo a mesma ser apresentada ao plenário na primeira reunião subsequente do Conselho.**

Art. 16A. As reuniões serão gravadas e as atas deverão ser redigidas na íntegra, aprovadas pelo Plenário, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário-Executivo.

Art. 17. Poderão ser convidadas, pelo Presidente do CNRH, para participarem de reuniões específicas, com direito a voz e sem direito a voto, instituições diretamente interessadas em assuntos que estejam sendo objeto de análise pelo plenário.

Art. 18. Os Comitês de Bacias Hidrográficas, criados em conformidade com a Lei nº 9.433, de 1997, através de seus Presidentes ou representantes formalmente indicados, quando convidados, poderão participar, com direito a voz, nas reuniões em que estiverem sendo tratados assuntos de interesse específico de suas respectivas bacias.

Art. 19. A participação dos membros no Conselho não enseja qualquer tipo de remuneração e será considerada de relevante interesse público.

Art. 20. Eventuais despesas com passagens e diárias serão custeadas pelos respectivos órgãos e entidades representadas no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

## **SEÇÃO II**

### **DAS CÂMARAS TÉCNICAS**

Art. 21. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos poderá criar Câmaras Técnicas Permanentes, respeitando o limite máximo de dez, constituídas por membros Conselheiros titulares ou por suplentes, ou ainda por representantes indicados formalmente junto à Secretaria Executiva, os quais terão direito a voz e a voto.

Art. 22. As Câmaras Técnicas são órgãos encarregados de examinar e relatar ao Plenário assuntos de suas competências.

Art. 23. As Câmaras Técnicas serão Permanentes ou Temporárias, de acordo com decisão do Plenário, no ato de sua criação.

§ 1º As Câmaras Técnicas Permanentes serão constituídas de, no mínimo, sete membros e, no máximo treze, com mandato de dois anos, renovável por igual período.

§ 2º As Câmaras Técnicas Temporárias terão o prazo de sua vigência e o número de seus membros, fixados pelo Plenário.

Art. 24. As Câmaras Técnicas serão instituídas pelo plenário do CNRH, por pelo menos 2/3 do plenário, mediante proposta do presidente ou de, no mínimo sete Conselheiros, por meio de resolução que estabelecerá suas competências, composição e prazo de instalação e funcionamento.

I. a proposta de criação de Câmara Técnica será analisada por um Grupo de Trabalho a ser instituído pelo Plenário;

II. a proposta de criação de Câmaras Técnicas deverá ser apresentada à Secretaria Executiva, mediante relatório circunstanciado, constando atribuições, composição e programa básico de trabalho;

§ 1º As Câmaras Técnicas serão extintas pelo plenário do CNRH, por pelo menos 2/3 do plenário, mediante proposta do presidente ou de, no mínimo sete Conselheiros, por meio de resolução. ~~que estabelecerá suas competências, composição e prazo de instalação e funcionamento.~~

§ 2º Excepcionalmente, por proposta do Presidente, ou de no mínimo sete Conselheiros, por meio de resolução aprovada por dois terços do plenário, poderá ser criada Câmara Técnica Temporária.

Art. 25. Na composição das Câmaras Técnicas deverão ser consideradas a necessidade de participação de todos os segmentos representados no CNRH, a natureza técnica do assunto de sua competência, a finalidade dos órgãos ou entidades representados e a formação técnica ou notória atuação dos seus membros na área de recursos hídricos.

Art. 26. Compete às Câmaras Técnicas, observadas suas respectivas atribuições:

I. elaborar e encaminhar ao Plenário, por meio da Secretaria Executiva, propostas de normas para recursos hídricos, observada a legislação pertinente;

II. emitir parecer sobre consulta que lhe for encaminhada;

III. relatar e submeter à aprovação do Plenário, assuntos a elas pertinentes;

IV. examinar os recursos administrativos interpostos, apresentando relatório ao Plenário;

V. convocar especialistas para assessorá-las em assuntos de sua competência.

Art. 27. As Câmaras Técnicas serão presididas por um de seus membros, eleito na primeira reunião da respectiva Câmara Técnica, por maioria simples dos votos dos seus integrantes.

§ 1º Os Presidentes das Câmaras Técnicas Permanentes terão mandato de um ano, permitida a recondução por igual período.

§ 2º Em caso de vacância, será realizada nova eleição, de conformidade com o disposto no *caput* deste artigo.

§ 3º Caberá ao Presidente da Câmara Técnica, quando da abertura da reunião, estabelecer os procedimentos para manifestação dos presentes.

Art. 28. As reuniões das Câmaras Técnicas serão públicas, devendo ser convocadas por suas respectivas presidências com, no mínimo, dez dias de antecedência.

Art. 29. As decisões das Câmaras Técnicas serão tomadas por votação da maioria simples dos membros, incluindo o seu Presidente, cabendo o voto de desempate a sua presidência.

Art. 30. O Presidente da Câmara Técnica poderá relatar matérias ao Plenário ou designar um relator a cada reunião do CNRH.

Art. 31. A ausência não justificada de membros de Câmara Técnica por três reuniões consecutivas, ou por cinco alternadas, no decorrer de um biênio, implicará sua exclusão da mesma.

Parágrafo único. A substituição de membro, na hipótese prevista no *caput* deste artigo, será proposta pelos demais membros da Câmara Técnica e encaminhada por seu Presidente ao Plenário.

Art. 32. A Câmara Técnica poderá estabelecer regras específicas para o seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria de seus membros e obedecido o disposto neste Regimento.



Art. 33. Das reuniões de Câmaras Técnicas serão lavradas atas, de forma sucinta, aprovadas pelos seus membros e assinadas pelo seu Presidente.

### **SEÇÃO III**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO COLEGIADO**

Art. 34. Ao Presidente incumbe:

- I. convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe, o voto de qualidade;
- II. ordenar o uso da palavra;
- III. submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os sempre que necessário;
- IV. assinar as deliberações do Conselho e atos relativos ao seu cumprimento;
- V. submeter à apreciação do Plenário o calendário de atividades e o relatório anual do Conselho;
- VI. nomear e dar posse aos membros do Conselho;
- VII. assinar as atas aprovadas nas reuniões;
- VIII. assinar os termos de posse dos membros do Conselho;
- IX. encaminhar ao Presidente da República exposições de motivos e informações sobre matéria da competência do Conselho;
- X. delegar competência;
- XI. zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento, adotando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias.

Art. 35º. Ao Secretário-Executivo incumbe:

- I. submeter à apreciação do Plenário, propostas de normas relacionadas ao gerenciamento dos recursos hídricos que lhe forem encaminhadas, ouvidas as respectivas Câmaras Técnicas;
- II. relatar a fiscalização do cumprimento das normas técnicas aprovadas pelo Plenário;
- III. elaborar o relatório anual de atividades, submetendo-o ao Presidente do Conselho;
- IV. remeter matérias às Câmaras Técnicas;
- V. cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes deste Regimento e os encargos que lhe forem cometidos pelo Conselho;
- VI. prestar esclarecimentos solicitados pelos Conselheiros;
- VII. encaminhar e fazer publicar as decisões emanados do Plenário;
- VIII. organizar as reuniões do CNRH;
- IX. encaminhar documentos e prestar informações relacionadas com o CNRH;
- X. executar outras atribuições correlatas determinadas pelo Presidente do Conselho;

Art. 36. Aos Conselheiros incumbe:

- I. comparecer às reuniões;
- II. debater a matéria em discussão;
- III. requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e ao Secretário-Executivo;
- IV. pedir vista de matéria, observando o disposto no art. 13 e seus parágrafos;
- V. apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados;
- VI. participar das Câmaras Técnicas com direito à voz e voto, quando escolhido pelo Plenário.

- VII. tomar a iniciativa de propor temas e assuntos à deliberação e ação do Plenário, sob a forma de proposta de resoluções ou moções;
- VIII. propor questões de ordem nas reuniões plenárias;
- IX. observar em suas manifestações as regras básicas da convivência e de decoro.

#### **SEÇÃO IV**

##### **DA SECRETARIA EXECUTIVA**

Art. 38. Caberá à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio ambiente, sem prejuízo das demais competências que lhe são conferidas, prover os serviços de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 39. A Secretaria Executiva compete:

- I. prestar apoio administrativo, técnico e financeiro ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- II. coordenar a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- III. instruir os expedientes provenientes dos Conselhos Estaduais e dos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- IV. elaborar seu Programa de Trabalho e respectiva proposta orçamentária anual e submetê-los à aprovação do Conselho.

#### **CAPITULO III**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 40. O presente Regimento poderá ser alterado mediante proposta do Plenário, com aprovação da maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 41. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados pelo Presidente, ouvido o Plenário.